



Sayad: é uma tentativa de conturbar o ambiente.

Uma tentativa de criar um clima de intimidação ou, pelo menos, de conturbar o ambiente, quando o Brasil inicia mais uma fase de renegociação com os credores externos: assim, o ministro do Planejamento, João Sayad, qualificou ontem em Brasília a proposta do Morgan Guaranty Trust para que o País pague parte da dívida, reduzindo suas reservas.

A proposta apareceu na última edição do World Financial Markets, que é o boletim mensal do Morgan. Indagado sobre a matéria, ontem em São Paulo, o presidente do Banco Central, Fernão Bracher, preferiu não fazer qualquer comentário, alegando não ter lido a proposta.

Já o ministro do Planejamento disse ao JT e a O Estado que vê com grande estranheza certos tipos de críticas e de sugestões feitas por credores externos. Hoje, as reservas do país são estimadas em US\$ 8 bilhões. E a idéia de liquidá-las, pagando parte da dívida, chega a ser espantosa. "Nenhum banqueiro inteligente faria uma proposta desta natureza".

Afinal, interessa tanto aos banqueiros como ao Brasil que o País mantenha elevadas suas reservas internacionais, de modo a garantir certo nível de liquidez. Um país credor, uma empresa ou qualquer cliente que tome dinheiro no banco, estará em situação de maior segurança, se tiver maior liquidez. "Se você tomar dinheiro num banco para guardar em caixa, o banco certamente estará disposto a até lhe emprestar mais. Obviamente, porque você está pronto para devolver o dinheiro tomado e, portanto, você é um bom negócio para o credor".

As reservas ajudam a proteger o País da instabilidade do mercado internacional. "E, se o devedor está protegido, isto é bom para o credor".

O ministro acha estranho que se lancem críticas obtusas e propostas inteiramente sem nexo exatamente no momento em que o País inicia uma nova fase de negociação com os seus credores. Para ele, esse tipo de atitude tem endereço certo: pretende criar um clima desfavorável para os negociadores brasileiros, um ambiente conturbado.

Abertura externa

Sobre a proposta dos banqueiros de que o País deveria abrir-se mais para o Exterior, o ministro pergunta: "Como é que eles querem que liberalizemos mais o comércio internacional, se eles não estão dispostos a nos emprestar mais dinheiro novo? A situação do Brasil está apertada por causa da dívida externa. Um país que manda para o Exterior US\$ 12 bilhões (juros e amortizações) não tem condições de importar mais, ainda que suas exportações tenham um crescimento excepcional".

Disse que aqueles que consideram exagerada a expansão da moeda após o Plano Cruzado estão completamente enganados. O que houve até agora — explica Sayad — foi uma política monetária consistente com os resultados do plano de estabilização eco-

nômica, uma política que atendeu a uma demanda maior por moeda.

Para o ministro, as pessoas que olham para a moeda, tentando com isso medir o pulso da situação, não sabem o que é moeda. "O que você tem de olhar é a taxa de juros. E ela ficou equilibrada. Antes dessa elevação recente, os juros estavam em 15%. Este é o parâmetro. As taxas de juros situaram-se a um nível até mesmo inferior ao de antes do Plano Cruzado. Esse 'pico' das taxas de agro não foi atingido por causa do excesso da moeda, mas sim como parte de uma política deliberada de reduzir o nível de atividade na economia."

Rebateu as acusações de que o governo continua concedendo subsídios elevados à agricultura. Isto não passa de "uma mitologia". O subsídio importante que nós mantenemos no setor é o do consumo de trigo. "O subsídio ao crédito rural se reduziu bastante e hoje cobramos juros reais. Os subsídios na área agrícola são muito importantes nos Estados Unidos. Muito mais do que no Brasil."

Contas Públicas

Sobre as críticas às contas do setor público, Sayad diz que é impossível não perceber o grande avanço feito pelo governo nesta área. "Temos hoje um orçamento unificado do governo, um orçamento das estatais equilibrado (com pouco menos de Cr\$ 1 bilhão de déficit) e um déficit público programado para 1987 a um nível bem abaixo do previsto para este ano (2,5% do PIB contra 4,2%). Além disso, o governo extinguiu a conta movimento no Banco do Brasil (impedindo o gasto sem controle de recursos do Banco Central), e criou a Secretaria do Tesouro (centralizando o controle das receitas e despesas do governo)". Planeja ainda impor, paulatinamente, algumas transformações importantes no sistema de bancos oficiais.

Quanto à possibilidade de faltar energia elétrica, Sayad lembrou: "Há um ano estavam todos criticando o governo pelos investimentos realizados na área de energia elétrica, dizendo que ia sobrar energia. Agora estamos todos aí, denunciando a falta de energia".

Mas só faltará energia, se houver uma estiagem prolongada. Não há nada, além de medidas de contenção do consumo, que se possa fazer para 1987. Daqui para a frente, contudo, temos uma programação de investimentos consistente com o nível de crescimento esperado do produto".

Salários

Sobre as propostas de um novo arrocho dos salários, Sayad disse que a política salarial vai depender das negociações dos trabalhadores com os patrões. "Entretanto, é óbvio que os trabalhadores precisam ter uma noção de comedimento. Numa economia de inflação nula ou muito baixa, não se pode ter um crescimento de salário de 8%, obviamente, porque não há ganho de produtividade desta magnitude."